

A RELAÇÃO TRABALHO - EDUCAÇÃO FRENTE ÀS TRANSFORMAÇÕES NO PROCESSO PRODUTIVO: UMA ANÁLISE SOB O ENFOQUE DO MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO

Luciene Maria de Souza¹

RESUMO: O debate sobre o processo de reestruturação produtiva do capital e seus impactos na organização do trabalho, bem como na formação profissional dos trabalhadores não deve ser desprezado. O mundo do trabalho, nas últimas décadas do século XX e início do XXI, vem sofrendo inúmeras transformações que têm afetado a forma de ser da classe trabalhadora. O capitalismo monopolista, diante de suas crises cíclicas no processo produtivo, tem como consequência mudanças no mundo do trabalho assim como na Educação, sendo necessário problematizarmos a formação dos trabalhadores. Os discursos otimistas dos “homens de negócios” apontam para o crescimento da necessidade de qualificação para o exercício do trabalho, tendo em foco o conceito da categoria empregabilidade, que está diretamente relacionada à teoria do capital humano. Contrariamente a esse discurso do capital, temos concepções críticas que denunciam o crescimento da alienação e das formas precarizantes do trabalho concreto. Nesse sentido, propomos uma discussão a partir do enfoque do materialismo histórico dialético, que tem entre seus princípios uma análise crítica da organização do trabalho dentro do sistema capitalista. Dessa forma, consideramos relevante o debate sobre o tema proposto, tendo em vista que alguns desafios são postos quando analisamos a relação entre Trabalho e Educação, sendo necessário questionarmos o papel da educação formal dentro da lógica do sistema produtor de mercadorias.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Educação. Politecnia. Precarização. Alienação.

¹ Cientista Social, mestranda em educação na Universidade Federal de Uberlândia.

ABSTRACT: Discussions about the productive process capitalism restructuration and its impacts on work organization as well as professional formation of workers it mustn't be rejected. The work world during the last years of the Twentieth Century and the beginnings of the Twenty-first Century is undergoing a lot of transformations that have affected the way of to be a worker class member. The monopolist capitalism in front of its cyclical crisis on productive process causes changes on work world as well as on the Education being necessary to reflect about workers formation. The otimist discourses of "business men" point out to the growth of qualifications needed to exercise the work, focusing on the concept of empregability category, that is directly related to human capital theory. In the opposite of this capitalist discourse we have critical conceptions that show the growth of alienation and moreover precarious ways of the concret work. In this sense, we pose a discussion from the dialetic historical materialism analysing critically the work organization in capitalism system. Consequently, it is important to note the debate about the theme posed, considering that some chalenges are posed when we analyse the relationship between Work and Education, being necessary to argue about the function of formal Education into the merchandising productor system.

KEY WORDS: Work. Education. Polytechnic. Precarization. Alienation.

A transnacionalização do capital, que tem como conseqüência o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, vem acarretando enormes transformações no mundo do trabalho, dentro de um contexto de crise estrutural do capitalismo monopolista. Nessa conjuntura, Antunes afirma que o mundo do trabalho, a partir de uma reestruturação produtiva, "complexificou-se e heterogeneizou-se" (ANTUNES, 1997, p. 70) ainda mais, sendo necessário problematizá-lo sob a ordem do capital. Assim, a subsunção formal do trabalho pelo capital não pode ser desconsiderada, sendo necessário questionarmos como se dá o processo de exploração do trabalho, que vem se intensificando nos últimos anos no Brasil e no mundo a partir do processo de reestruturação produtiva do capital.

Nesse sentido, o discurso da necessidade de uma maior qualificação profissional deve ser visto com cuidado. Como podemos falar em intelectualização do trabalho dentro da lógica do capital, que submete cada vez mais o trabalhador a conviver com formas de trabalho estranhado, fragmentado e bestializado, longe da perspectiva apontada por Marx, da

politecnicidade e emancipação humana? Dessa forma, partindo dos princípios metodológicos do materialismo histórico e dialético que tem entre seus pressupostos a análise crítica do trabalho no modo de produção capitalista, desenvolvemos uma investigação que tem como objetivo problematizar o crescimento da precariedade e da exploração do trabalho que se materializa na vida cotidiana dos trabalhadores.

Alguns pressupostos do materialismo histórico dialético

Na perspectiva dialética, a compreensão da realidade exige uma análise ampla, aberta, capaz de interligar os elementos presentes no processo numa relação dinâmica. Para Konder (1985), a dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação. Assim, o materialismo histórico dialético compreende o homem como um ser que transforma e é transformado durante o processo da vida, que vive dentro de relações contraditórias, conflitantes inerentes a esse mesmo processo.

Sabendo que o concreto é síntese de múltiplas determinações, a problematização da formação e precarização do trabalho explica-se por meio de um movimento que parta de uma realidade concreta e particular que se explique em um processo maior; em outras palavras, uma totalidade complexa que se explica pelas transformações no mundo do trabalho que estão presentes em um contexto de crise estrutural do capitalismo monopolista, resultando o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Ao realizar esse movimento, adotamos princípios dialéticos que concebem a relação das partes com o todo e do todo com as partes, um processo em que tudo no mundo se relaciona e se transforma e que nenhum fato é tido como acontecimento isolado, mas como parte de um sistema complexo de fatos. Frigotto define o materialismo histórico dialético enquanto

[...] uma postura ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica. (FRIGOTTO, 1994, p. 73)

Assim, o materialismo histórico dialético está vinculado a uma concepção de mundo, uma visão da realidade, que busca um conhecimento que não fique meramente na aparência do fenômeno, mas que consiga apreender a essência das coisas. Por isso a necessidade de

se compreender a essência do fenômeno estudado, porque, como bem afirma Marx, se aparência fosse igual a essência não precisaríamos da ciência, pois o resultado seria o óbvio, o aparente.

Desse modo, partimos do princípio de que o materialismo histórico dialético é ao mesmo tempo uma visão de mundo, um método de investigação, e uma práxis transformadora que visa refletir e analisar a realidade com o objetivo de transformá-la. A partir disso podemos concluir que não basta apenas interpretar, é necessário propor transformações para esta mesma realidade. Não basta apenas ficar no âmbito do conhecimento é preciso também mostrar saídas, pois, quando entendemos a realidade enquanto um processo mecânico e linear e que não tem saídas, decretamos assim a morte da história e até mesmo do próprio homem.

O processo de alienação e precarização do trabalho: a complexa relação entre Capital e Trabalho

O debate acerca da superação do trabalho alienado é complexo e composto por utopias futuras. Muito se discute sobre até que ponto é possível a sua superação dentro das fronteiras do modo de produção capitalista. Uma postura crítica aos pressupostos do capitalismo afirma que superar a alienação só será possível com a superação do próprio capitalismo. Em outras palavras, a alienação, tal qual afirma Marx nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* (1983), é um dos alicerces do capitalismo. Para se transferir de um trabalho alienado a um trabalho em que o homem se realiza como ser humano criativo e livre, teríamos que alterar a organização do trabalho presente na sociedade capitalista, que possui em sua gênese a base do trabalho alienado - a propriedade privada dos meios de produção seguida de uma intensa divisão social do trabalho. Nessa perspectiva, Marx (2002), em sua obra *O Capital* já apontava diferenças na concepção de divisão do trabalho quando a analisava no interior do processo produtivo (na manufatura) e dentro da sociedade. Para Marx, há entre estes dois tipos de divisão do trabalho uma diferença não só de grau, mas de substância. O autor afirma

Considerando apenas o trabalho, podemos chamar a separação da produção social em seus grandes ramos - agricultura, indústria etc. - de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades, de divisão do trabalho em particular; e a divisão do trabalho numa oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada. (MARX, 2002, p.406).

Vale ressaltar ainda que Marx aponta que

[...] enquanto a divisão do trabalho quer se processe ou não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho manufatureira é uma criação específica do modo de produção capitalista". (2002, p.414).

Nesta perspectiva, Marx faz a crítica à divisão manufatureira do trabalho demonstrando suas conseqüências nefastas na vida do trabalhador, como a perda do controle do processo de trabalho, pois esse trabalhador parcial não produz nenhuma mercadoria do início ao fim, mas simplesmente desempenha uma mesma função e somente o conjunto coletivo dos trabalhadores parciais transforma-se em mercadorias. A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence.

Em outras palavras, Braverman compartilhando da visão de Marx, afirma

A divisão do trabalho na indústria capitalista não é de modo algum idêntica ao fenômeno da distribuição de tarefas, ofícios ou especialidades da produção através da sociedade, porquanto, embora todas as sociedades conhecidas tenham dividido seu trabalho em especialidades produtivas, nenhuma sociedade subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo. (BRAVERMAN, 1987, p. 70).

Assim, segundo Braverman (1987), a divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas, mas a divisão do trabalho na indústria é produto peculiar da sociedade capitalista. A divisão do trabalho pormenorizada torna o trabalhador alienado ao processo completo de produção. Em outros termos, Marx já apontava isso ao salientar que no capitalismo, "[...] não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial". (2002, p. 414). Nesse sentido, Braverman brilhantemente conclui que

Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão

parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade. (BRAVERMAN, 1987, p. 72).

Nessa mesma conjuntura, Mészáros (2003) compreende que é necessário separar a divisão funcional do trabalho da divisão vertical/hierárquica imposta pela lógica do capital, afirmando que o desenvolvimento da divisão funcional do trabalho constitui a dimensão horizontal potencialmente libertadora do processo de trabalho do capital. Contudo, a função da dimensão vertical/hierárquica da divisão do trabalho resume-se basicamente em proteger os interesses vitais do sistema, assegurando a expansão contínua da extração da mais-valia baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho.

Ainda de acordo com Marx (2002), se antes da divisão parcelar do trabalho o trabalhador permanecia unido aos meios de produção como “o caracol e sua concha”, agora o trabalhador perde o domínio do processo produtivo, além de haver uma separação radical deste com os meios de produção. A divisão parcelar do trabalho deforma o trabalhador impedindo-o de desenvolver suas capacidades criativas que antes eram desenvolvidas no âmbito do trabalho, provocando um intenso processo de alienação.

Para Marx (1981 apud SOUSA, 1999), no capitalismo a atividade produtiva, fruto de uma sociedade dividida em classes, é acentuadamente marcada por um caráter alienado que nega o homem e o trabalho como atividade de manifestação humana. De acordo com Sousa

[...] o homem que se apresenta como expressão das relações sociais burguesas é um homem alienado, tanto o que se apropria dos produtos do trabalho quanto o que deles é desapropriado, precisamente no sentido de que ambos estão sob a égide do capital, numa sociabilidade em que se impõe de maneira universalizante a forma mercadoria como forma de realização do trabalho e do intercambio entre os indivíduos. (1999, p.102).

Para Marx “[...] a propriedade privada é, portanto, o resultado necessário do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo” (1983, p. 99). Esta afirmação de Marx nos demonstra que a propriedade privada dos meios de produção é a base do surgimento do trabalho alienado, que separa os detentores dos não detentores dos meios de produção, levando o homem a um alheamento a

si mesmo e ao produto do seu trabalho. Segundo Marx “[...] o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser alienado, como uma força independente do produtor” (1983, p. 91). O trabalhador relaciona-se com o produto de seu trabalho como um objeto alienado, não se realiza em seu trabalho, mas nega a si mesmo.

Dessa maneira, uma das formas de superação do trabalho alienado seria o surgimento de um outro tipo de sociedade, em que os meios de produção, não pertencendo somente a alguns, mas a todos, pudessem ser sociáveis de forma que o trabalho se tornaria a atividade mais plena de humanização, livre e consciente do homem. Nessa perspectiva é que Engels afirma que, “o trabalho é a condição fundamental de toda a vida humana” (1979, p. 15). Em outras palavras, o trabalho entendido como o intercâmbio entre homem e natureza é atividade vital do ser social, que ao transformar a natureza modifica a si mesmo num processo contínuo. Desse modo, o trabalho entendido como algo criativo, consciente, é uma categoria central na vida humana, porém, enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção, que leva à separação radical dos possuidores dos meios de produção daqueles que nada possuem, a não ser sua força de trabalho para venderem no mercado por um salário, o trabalho permanecerá alienado.

Segundo Marx (1983), o trabalho é a atividade pela qual o homem domina as forças naturais, humaniza a natureza, cria a si mesmo. Porém, o trabalho dentro do modo capitalista de produção, passa de condição natural de realização humana para se transformar em uma atividade que gera sofrimento, impotência e estranhamento diante da potencialidade criadora do trabalho. Conforme Marx (1983), uma das causas geradoras desse processo encontra-se na divisão social do trabalho, na apropriação privada das fontes de produção, no aparecimento das classes sociais. Nesse sentido, o autor alega que as condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um estranhamento entre o trabalhador e o processo de trabalho, na medida em que o produto do trabalho, antes mesmo de o trabalho se realizar, pertence a outra pessoa. Assim, em lugar de se realizar no seu trabalho, o ser humano aliena-se nele, não se reconhece em suas próprias criações; o produto do seu trabalho apresenta-se como algo estranho e alheio ao próprio trabalhador.

Em outras palavras, a afirmação acima explica-se por um processo crescente de divisão do trabalho presente na sociedade capitalista. Lucena (2004) afirma que a consolidação do capitalismo não inventou a ciência, mas sim a colocou sob os domínios e interesses dos “homens de negócios”.

A ciência é tão antiga quanto o homem, e seu grande desafio é a construção de processos que permitam a sua apropriação social. Marx (1969) discute no Capítulo VI inédito de *O Capital* que a divisão do trabalho transformou radicalmente a relação entre o homem e a máquina. Se antes o homem, por meio da ciência e seu braço, a tecnologia, criou a máquina como uma extensão do braço do próprio homem, com o avanço do capitalismo e a privatização dessa mesma ciência, ele também se transformou em um braço da máquina que ele mesmo criou. Quanto mais alienante é o processo de produção capitalista, mais subdividido é o trabalho e, por sua vez, menos o homem compreende o processo. É como tão bem afirma Marx, que a divisão do trabalho crescente significa o aumento da ignorância humana.

O debate sobre a formação profissional dos trabalhadores: qualificação polivalente versus formação politécnica

O trabalho, sob a ordem do capital, é assalariado, alienado e precário, o que se aprofunda ainda mais com a intensificação da sua divisão social. Para Rodrigues “[...] a educação seria a ruptura com a alienação do trabalho e, portanto, uma das chaves de sua emancipação como ser humano” (2002, p. 53). Desta forma a preocupação da educação deveria ser, fundamentalmente, a de romper com a alienação do trabalho, provocada por sua divisão na sociedade capitalista. Para a superação desse trabalho alienado não nos referimos a uma educação submissa aos interesses do capital, mas a educação politécnica que possibilite a verdadeira emancipação humana.

Nesse sentido, consideramos relevante abordar algumas discussões em torno dos conceitos de capacitação profissional, competências, qualificação polivalente e educação politécnica. Com a flexibilização funcional, um novo perfil de qualificação da força de trabalho parece emergir, apresentando algumas exigências como: trabalho em equipe, criatividade para enfrentamento de imprevistos, etc. Porém, segundo Machado, é conveniente assinalar que “[...] nem todos que manejam as novas tecnologias têm o conteúdo do trabalho flexibilizado. Os digitadores, por exemplo, desempenham uma mesma atividade, cansativa e mecânica, durante todo o tempo da jornada de trabalho.” (1992, p. 15).

Vale ressaltar ainda que a passagem do modo de organização do trabalho taylorista para o novo modelo toyotista não pode ser concebida como um avanço ou ruptura, pois o que havia de essencial dentro da

lógica capitalista permaneceu, que é a busca por uma maior lucratividade e produtividade com custos reduzidos. Também de acordo com Bernardo

[...] o toyotismo aproveitou todos os resultados do taylorismo no que dizia respeito à análise do processo de trabalho nos seus componentes elementares, e levou esses resultados a um estágio mais avançado, alterando os métodos de enquadramento e de mobilização dos trabalhadores e desenvolvendo a análise dos elementos componentes não só do processo de trabalho físico, mas igualmente intelectual (2004, p. 86).

Assim, ao invés de romper com os princípios básicos do taylorismo, o toyotismo os prolongou no que diz respeito à intensificação do trabalho buscando explorar o máximo possível da “componente intelectual dos trabalhadores” (BERNARDO, 2004), buscando uma flexibilização não somente da produção mas também uma flexibilização por parte dos trabalhadores, que devem se adequar ao projeto do capital. Bernardo aponta ainda que “[...] quanto maior for a componente intelectual dos trabalhadores e quanto mais se desenvolver intelectualmente a força de trabalho tanto mais consideráveis serão a possibilidade de lucro dos capitalistas” (2004, p. 107).

Nesse contexto, Silva afirma que “[...] existe uma enorme heterogeneidade na organização dos processos de trabalho no setor produtivo brasileiro” (2001, p. 42). Os trabalhadores ora convivem com uma organização do trabalho flexível, ora com uma rígida organização desses mesmos trabalhos submetidos a uma intensa divisão do trabalho e a um constante acompanhamento pela supervisão empresarial. A reflexão de Neves neste sentido vem corroborar para entendermos melhor tal situação. Para Neves

[...] o digitador não tem conhecimento da lógica dos programas e dos documentos que deve digitar, e sua autonomia é mínima. O importante é a velocidade com que realiza seu trabalho, o número de toques que consegue efetuar e que é controlado o tempo todo pelo computador e pela chefia, que em geral estimula a competição (1992, p. 34).

Como consequência desse rígido controle na organização do trabalho, temos a precarização e intensificação do trabalho. Nesse sentido, Neves cita alguns fatores de precariedade do trabalho como:

[...] falta de pausa; movimentos repetitivos e rápidos; falta de criatividade; iluminação insuficiente; temperatura ideal para as máquinas e não para as pessoas; cadeiras que geralmente não são adequadas; espaços mal distribuídos; divisão entre concepção e execução. (1992, p.34).

Dentro desse contexto de precarização do trabalho, temos trágicas conseqüências para saúde dos trabalhadores, afetando tanto a saúde física pelas citadas condições de trabalho como também a mental, devido ao excesso de pressões a esses trabalhadores que são submetidos no ambiente de trabalho para o desempenho de suas funções. Devido às profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho e os riscos associados ao desemprego, os trabalhadores buscam na qualificação profissional uma saída para sua inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Pochmann (2000), devido a todas as transformações econômicas ocorridas neste final de século, a discussão sobre o papel da formação profissional passou a ser uma questão central. De um lado esse debate tem o intuito de demonstrar a inadequação existente entre o sistema educacional e o aparelho produtivo. De outro, retoma-se novamente as teorias do capital humano em que a formação profissional é vista como uma forma do indivíduo tornar-se empregável em uma sociedade tecnológica, que exige cada vez mais qualificação por parte dos trabalhadores. Assim, o processo de formação profissional passa a ser considerado de extrema importância, pois permite aos indivíduos posicionarem-se melhor frente ao restrito e competitivo mercado de trabalho. Ainda segundo Pochmann (2000), para se evitar a inadequação entre a demanda de trabalho com pouca preparação, tornam-se crescentes as exigências de maior qualificação profissional e elevação das habilidades para o exercício profissional. Na perspectiva

[...] os novos requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores (POCHMANN, 2000, p. 48).

A partir disto, faz-se necessário estabelecer as diferenças entre qualificação e capacitação profissional. O capitalismo tenta colocar como sinônimas palavras que possuem significações diferentes. Enquanto a capacitação profissional seria simplesmente o treinamento ou adestramento da força de trabalho para atender as necessidades criadas pelo sistema capitalista, a qualificação profissional vai além, possibilitando ao trabalhador

o acesso não somente ao conhecimento técnico, mas a uma melhoria na qualidade de vida e na compreensão política dos processos aos quais estão inseridos. Compreensão política que implica não apenas em se contemplar a realidade, mas sim em problematizá-la, criticá-la e transformá-la.

No campo empresarial, temos constantemente o uso do termo competência profissional, que está intimamente ligado à questão da empregabilidade. Para Paiva, o conceito de qualificação começa a ser substituído pelo de competência.

[...] não se trata de considerar “competências” como tendo um sentido mais restrito que qualificação; mas certamente trata-se de um atendimento mais estrito (incluindo elementos atitudinais, características de personalidade, elementos menos mensuráveis objetivamente) das necessidades do capital, por um lado, e a um preparo adequado aos novos tempos em que é preciso encontrar alternativas ao desemprego, por outro (PAIVA, 2001, p. 52).

As competências supõem um atendimento mais estreito das necessidades do capital, desloca-se das instituições formais e da experiência adquirida para considerar aspectos individuais e disposições subjetivas, sendo as virtudes pessoais acionadas como parte das competências. Para o capitalismo, o sistema educacional tem como finalidade promover a capacitação dos trabalhadores para desempenhar atividades profissionais. As empresas hoje trabalham muito com a idéia de competência relacionada a virtudes pessoais, não basta apenas conhecimento, mas é necessário interesse, motivação, criatividade. Transfere-se do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos. A empregabilidade está ligada aos conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação.

Para o capital, é a educação que permitirá à força de trabalho ser mais empregável ou não, transferindo de si a responsabilidade para a educação formal, reduzindo a educação aos limites da capacitação profissional, distanciando-a da qualificação profissional. Portanto, podemos afirmar que a contração do mercado de trabalho aprofunda ainda mais a subordinação do sistema educacional aos requisitos do capital.

Devido à precarização do mundo do trabalho e ao elevado índice de desemprego, há um certo consenso entre os trabalhadores de relacionarem maior grau de escolaridade com mobilidade funcional dentro da empresa. Mas para as empresas, concluir um curso superior não significa necessariamente promoção funcional ou aumento de salários e

sim uma obrigação por parte dos funcionários para garantirem sua empregabilidade dentro de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Diante dessas transformações no mundo do trabalho, cabe discutir as políticas escolares atreladas aos interesses do capital e à idéia de educação formal como negócio, e não como bem social.

Após uma breve análise sobre os conceitos de qualificação e capacitação, consideramos importante ressaltar sobre qual qualificação a educação está a serviço. É importante perceber que termos como qualificação, cidadania e democracia sofrem um processo de (re)significação dentro de uma lógica capitalista neoliberal. Por isso a necessidade de compreendermos as discussões em torno das categorias qualificação polivalente e formação politécnica.

Segundo Machado, “polivalência significa simplesmente um trabalho mais variado com uma certa abertura quanto a possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudanças qualitativas das tarefas.”(1992, p. 19). Assim, a qualificação polivalente não significa uma intelectualização do trabalho, mas uma compreensão apenas técnica do processo. A ciência, nessa formação, permanece como algo exterior e estranho. Para Machado “[...] politecnica representa o domínio da técnica a nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a reposição das tarefas a nível criativo” (1992, p. 19). Uma formação politécnica vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente e capaz de atuar criticamente em atividades de caráter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento.

Segundo Sousa “[...] qualquer debate em que se busque um posicionamento crítico diante das relações de trabalho e de educação predominantes na sociedade burguesa, será inevitável a referência à politecnicidade” (1999, p.99). Numa perspectiva marxiana, o ensino politécnico surge como meio para que os trabalhadores dominem os fundamentos científicos, teóricos e práticos dos diversos processos de trabalho. Noutras palavras, este domínio deve atuar contra as formas de alienação existentes no âmbito do trabalho. No entanto, Marx alega que somente isso não basta, pois é preciso superar o antagonismo de classes que fundamenta a sociedade burguesa capitalista.

Para Saviani “a idéia de Politecnicidade postula que o processo de trabalho desenvolva, numa unidade indissolúvel os aspectos manuais e intelectuais.” (1989, p. 15). A politecnicidade pressupõe a superação do conhecimento parcelado, propondo uma formação multilateral que abarca

o conhecimento do processo como um todo, não separando os que concebem dos que executam o trabalho. Uma educação politécnica só se realizará se possibilitar aos indivíduos uma assimilação não apenas teórica, mas também prática dos princípios científicos que fundamentam o processo do trabalho produtivo moderno.

Conforme Lucena, a união entre trabalho intelectual e manual só será possível

[...] através da superação da apropriação privada dos meios de produção, através da colocação dos meios de produção a serviço do conjunto da sociedade. A idéia de politecnicidade parte do princípio do questionamento do próprio trabalho dentro do capitalismo. (s.d, p. 15)

A partir desta afirmação, podemos concluir que a proposta de uma educação politécnica só tornará possível a superação da propriedade privada dos meios de produção, pois enquanto for vigente esse tipo de sociedade, ficará inviável a união entre trabalho intelectual e manual. O capital, para existir, necessita da permanência do trabalho alienado e fragmentado.

Considerações finais

O mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX e início do século XXI vêm sofrendo inúmeras transformações que têm afetado a forma de ser da classe trabalhadora. Nesse contexto de mudanças, Antunes (2002) afirma que a classe trabalhadora diversificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais com o processo de reestruturação produtiva do capital. A reestruturação do processo produtivo articulado a um processo de crise estrutural do capitalismo monopolista coloca em discussão a formação dos trabalhadores. Concepções empresariais apontam para o crescimento da necessidade de qualificação para o exercício do trabalho, a partir de uma concepção de empregabilidade que está diretamente relacionada à teoria do Capital Humano. Concepções críticas denunciam o crescimento da alienação e das formas precarizantes do trabalho concreto.

Assim, embora o discurso empresarial seja o da necessidade de um trabalhador com elevados conteúdos intelectuais para sobressair na chamada “sociedade do conhecimento”, o que assistimos cotidianamente é a elevação da intensificação da exploração da força de trabalho. Desse modo, as teses otimistas dos “homens de negócios” devem ser vistas com cuidado. Ao contrário das concepções otimistas do mundo empresarial, o que podemos constatar, segundo Antunes, é uma “[...]”

desqualificação e mesmo subproletarização, expressa no trabalho precário, informal, temporário, etc.” (2002, p. 214). Numa lógica destrutiva do capital, presenciamos a concretização da precarização e da exploração do trabalho com um discurso falseado da realidade material, que alega a necessidade de um trabalhador com elevados conhecimentos intelectuais, mas que na prática materializa-se dentro das fronteiras de um trabalho alienado e precário.

Portanto, o presente debate faz-se necessário, sendo que alguns desafios são postos quando analisamos a relação entre trabalho e educação. É preciso também questionar o papel da educação formal dentro da lógica do sistema produtor de mercadorias. A educação visa apenas legitimar os interesses do mercado do trabalho ou ela é uma instituição que qualifica pessoas, possibilitando o acesso destas não somente à ciência e à tecnologia, mas a uma verdadeira qualidade de vida? Desse modo, acreditamos que somente por meio de uma educação politécnica com a junção do saber e fazer do trabalho, o trabalhador possa se voltar contra a opressão implacável e insaciável da exploração do capital sobre o trabalho. É nesse sentido que Saviani (1989) concebe então a educação politécnica como forma de possibilitar ao homem o exercício de uma profissão como condição de humanização e de transformação social. Em outros termos, podemos concluir que uma verdadeira educação politécnica pressupõe a plena expansão do indivíduo humano, e se insere dentro de um projeto de desenvolvimento de ampliação dos processos de socialização, não se restringindo ao imediatismo do mercado de trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Aonde vai o mundo do trabalho? In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 61-72.

_____. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *A cidadania negada – políticas de*

exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, 2001. p. 36-46.

BERNARDO, João. *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

BIHR, Alan. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994. p.69-91.

GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAYEK, Friedrich A. *O caminho da servidão*. São Paulo: Globo, 1977.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOWI, Michael. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 95-112.

LUCENA, Carlos. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Edufu, 2004.

_____. *Alguns pressupostos de pensamento de Marx*. Mimeografado.

MACHADO, L. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, L.; NEVES, M. e FRIGOTTO, F. (Orgs.). *Trabalho-Educação*. Campinas: Papyrus, 1992. p 9-24.

MARX, Karl. *Cap. VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Editora Moraes, 1969.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. In: FROMM, Eric. *Conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. p. 85-170.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

NEVES, M. Mudanças tecnológicas e organizacionais e os impactos sobre o trabalho humano. In: MACHADO, L.; NEVES, M. e FRIGOTTO, F. (Orgs.). *Trabalho-Educação*. Campinas: Papirus, 1992. p.25-39.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, Crise do Trabalho Assalariado e Exclusão Social. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania negada – políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 49-62.

POCHMANN, Márcio. Mudanças na ocupação e formação profissional. *Revista Trabalho e Educação*. n 6. jan./jul. 2000.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SAVIANI, Dermeval. *Sobre a concepção de politécnica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

SILVA, Maria Vieira. A reestruturação produtiva e suas expressões no mundo do trabalho. In: *Empresa e Escola: do discurso da sedação a uma relação complexa*. 2001. Tese (doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SOUSA Jr, J. de. Politécnica e onilateralidade em Marx. *Revista Trabalho e Educação*. n. 5. jan./jul. 1999.